IUDICIARIC

Jornal mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses - Ano II, nº21 - Janeiro/2008

Versão on-line de O Judiciário no site www.amc.org.br

Semana da Conciliação põe fim a dois mil processos

Exatos 2.058 processos abandonaram o longo caminho de sentenças e recursos e foram resolvidos através de acordos conciliatórios em Santa Catarina durante a "Semana Nacional da Conciliação", realizada entre os dias três e oito de dezembro de 2007. No estado, 4.341 audiências foram feitas, atendendo sete mil partes e atingindo o valor de R\$ 2,8 milhões em pagamentos indenizatórios. O índice de sucesso da Justiça Estadual catarinense foi de 47%,

quatros pontos percentuais acima da média nacional - que foi de 43%.

Das 4,3 mil audiências realizadas, 3,9 mil tratavam de questões cíveis e 400 eram da área penal. Em Santa Catarina, 31 comarcas participaram da "Semana". Um contingente de 60 magistrados, 50 promotores, 150 servidores e 200 conciliadores foi responsável por conduzir os trabalhos.

Página 7



Autoridades dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo participam do encerramento da Semana da Conciliação em Criciúma

Entrevista

Chefe do MP/SC prioriza combate ao crime organizado

Página 4

Lazer

Clima de confraternização marca Jogos da Magistratura

Página 13

Posse

TJ empossa novos juízes substituto de 2º grau

Página 5

Cidadania

Agente da Paz chega ao primeiro colégio estadual em Balneário

Página 10

Juiz tenta evitar superlotação de presos na cadeia de Palhoça

As cenas de presos acorrentados a pilares na delegacia de Palhoça, cidade localizada na Grande Florianópolis, em razão da superlotação, chocaram o país . O que pouca gente ficou sabendo é que o juiz local,

Vilmar Cardozo, tomou todas as providências necessárias para evitar o excesso de presos na delegacia, mas acabou esbarrando na inércia dos órgãos responsáveis pelo sistema prisional catarinense.

Reportagem de O Judiciário mostra passo a passo as providências tomadas pelo magistrado para evitar a superlotação na cadeia de Palhoça. "Fiz tudo que estava ao meu alcance", desabafa o juiz.

Página 11



Juiz Vilmar Cardozo,



2 Opinião

Instituições fortes

ditorial

A posse do ministro Jorge Mussi, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, na tarde-noite do dia 12 de dezembro último, coincidiu com a discussão e votação da Emenda Constitucional da CPMF.

Após a rápida cerimônia, seguiram-se o coquetel e os cumprimentos. A senadora Ideli Salvati, presente aos atos,

estava otimista, apostando na vitória do governo no Senado pela prorrogação da Contribuição.

À noite houve a posse dos novos dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), seguida de um jantar. As conversas dividiam-se entre os elogios para os dirigentes que fecharam com sucesso a proficua gestão e as esperanças de continuidade e novas realizações para os que debutavam na nova administração.

Raiando a madrugada veio a notícia da derrubada do projeto de Emenda Constitucional que pretendia a prorrogação do gravame. Sentia-se uma vibração oculta no grande número de presentes, principalmente, pela derrota da arrogância governamental, estampadas nas declarações do ministro Guido Mantega e do próprio presidente da República.

No dia seguinte à ressaca do governo, a imprensa divulgou algumas ameaças de modificações na lei orçamentária, cortando repasses aos estados e municípios; "ajuste" que os Três Poderes deverão sofrer, cortando nas próprias carnes e, possivelmente, a criação de novo tributo para compensar a perda dos R\$ 40 bilhões da CPMF.

Para muitos catarinenses que foram a Brasília prestigiar o ministro Jorge Mussi (alguns não conheciam a obra criada por JK), as gigantes construções oficiais, com muito espaço, mármore e vidros fumê, chegam às raias da "megalomania subdesenvolvida", em comparação com a periferia paupérrima das cidades satélites da capital federal. A burocracia estatal

nos Três Poderes faz coro com as argumentações do sociólogo francês Roger Bastide, no seu "Brasil Terra dos Contrastes".

De toda a celeuma, verifica-se, entretanto, que o país mantém estabilidade econômica, liberdade de imprensa e de instituições fortes para suportar a democracia que todos deseiamos.

Mas o comentário jocoso ficou por conta de um "manezinho" que queria saber o quanto ganhavam aqueles funcionários do STJ, com mini-togas pretas (denominados "Capinhas"), que permanecem atrás das cadeiras dos ministros, só para arredá-las e fazê-los sentarem-se, deixando o plenário.

Cartas

imprensa@amc.org.br

A Coluna Toga Justa recebeu e-mail do **advogado Marcelo Peregrino Ferreira** sobre a nota "Vendetta", publicada na edição anterior de O Judiciário. Segue, abaixo, a íntegra da manifestação:

A ação popular do Sr. Bresola foi ajuizada no plantão, no fim de semana anterior à indicação dos candidatos à lista tríplice. Não foi ajuizada antes, porque se aguardava a decisão no pedido de atribuição de efeito suspensivo no recurso ao Conselho Federal que não ocorreu. Aliás, até a data de hoje, sequer o Conselho estadual da OAB/SC encaminhou o recurso ao Conselho Federal.

Por mais que seja fato notório a animosidade entre as partes, sr. Bresola e exmo. des. Blasi desafio qualquer um a apontar argumento que não tivesse fundamento jurídico na ação popular. Pelo contrário, o firmatário reconheceu a sua reputação ilibada, seu notório saber, apenas fixando no cumprimento pelo então candidato dos requisitos legais, regulamentares e constitucionais, em nossa opinião, ausentes na inscrição prefalada. Omitiu-se de questões que tornariam o debate menor em todos os sentidos. E a tese foi acolhida por um juiz federal.

Impõe-se afirmar que a ação popular tem dois fundamentos: a) a investidura no cargo de Desembargador daquele que não cumpre os requisitos previstos na Constituição Federal, como pode ser ver da leitura de sua inscrição junto à OAB/SC (art. 94), na Lei Federal nº 8.906/94 (art. 54, inciso XIII), no Provimento nº 102/2004, do Conselho Federal da OAB (arts. 5º e 6º), (art. 5º) do Regulamento-Geral da OAB[1];

b) a impossibilidade de alteração das normas do edital sem a obediência aos princípios da Administração Pública (moralidade, impessoalidade, isonomia, legalidade), em benefício do Sr. João Henrique Blasi, conforme reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça: RMS 1915/PA, Ministro Demócrito Reinaldo, Primeira Turma; RMS 11986/ES, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma; RMS 5437/ RJ, Ministro Edson Vidigal, Quinta Turma. RMS 24228/MG, Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma[2].

[1] Colhe-se da decisão nos autos da ação popular da lavra do Exmo. Juiz Federal Carlos Alberto da Costa Dias: "De qualquer forma, não vieram aos autos a comprovação do efetivo exercício da atividade de advocacia. É que não basta a simples outorga de procuração ou simples relação de processos selecionados, como a que juntada às fls. 158 a 176 dos autos. Atento, no entanto, a que esta ação não se desvirtue de assegurar ao can-

didato à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça a prova inequívoca da condição constitucional de "efetiva atividade profissional", faculto ao réu a apresentação da documentação na forma do que está inserto no artigo 6 º, letra a, do Provimento".

[2] Como bem afirmou o Exmo. Juiz Federal Carlos Alberto Dias em seu despacho liminar: "A Ordem dos Advogados de Santa Catarina, no entanto, a título de argüição de inconstitucionalidade do Provimento 102/2004, no acórdão

136/2007 entendeu que não seria aplicável ao advogado citado o artigo 6º, letra a, do Provimento, no sentido de ser indispensável a certidão do ato que praticou o advogado ou cópia da peça processual em processos judiciais distintos. Ao contrário do que entende o voto do Senhor Relator, o Provimento mencionado é aplicável ao caso dos autos e vincula a Ordem dos Advogados do Brasil e, por força do princípio da isonomia, todos que se predispuserem a ser candidatos".

Memória

Arquivo AMC

Nos idos dos anos 70, os desembargadores Belisário Ramos da Costa e José do Patrocínio Gallotti (falecidos), em almoço festivo na Sede Balneária da AMC

Jornal "O Judiciário"

Publicação mensal da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) Ano II, nº 21 - Janeiro/2008

Tiragem: 3 mil exemplares/ Impressão: Diário Catarinense Jornalista responsável: Fabrício Severino/ SC01061-JP

Textos: Fabrício Severino, Bruno Zamora e Amanda Mariano Colaboração: assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e ACMP

Projeto gráfico: Andrezza Melo e Paula Reverbel

Diagramação: Amanda Mariano

Coordenação Editorial: Carlos Alberto Silveira Lenzi

Diretoria Executiva:

Juiz José Agenor de Aragão/ Presidente

Des. Solon d'Eça Neves/ 1º Vice-Presidente

Juiz Paulo Marcos de Farias/ 2º Vice-Presidente

Juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda/ Secretário-Geral

Juiz Marcelo Volpato de Souza/ 1º Secretário

Juiz Rudson Marcos/ 2º Secretário

Des. Solon d'Eça Neves/ Tesoureiro

Juiz Laudenir Fernando Petroncini/ 1º Tesoureiro



Opinião

Prestadores de Serviço. Abandono do bem

s contratos celebrados com fornecedores e prestadores de serviços não se adequaram aos novos tempos originados da nova Constituição, da lei do Consumidor e do novo Código Civil. Continuam anotando cláusulas sem nenhum valor, apesar de assinados pelo consumidor. A adesão se justifica pelo intenso marketing provocado pelos fornecedores, deixando o aderente submetido ao consumerismo desenfreado; aos consumidores não se permite discutir as cláusulas dos contratos, mas simplesmente busca-se sua assinatura para recebimento do produto ou não assinar e não obter o bem que se

São muitas as cláusulas abusivas que o fornecedor insiste em manter nos contratos de uma maneira geral. É o que ocorre, por exemplo, com a cláusula que veda a devolução do capital mesmo ao se constatar defeitos no produto adquirido; a cláusula que admite seja retomado o bem sem devolução de prestações pagas ou a cláusula que cobra juros e outros encargos acima do percentual autorizado por lei.

Nos orçamentos prévios, nos recibos e contratos de produtos deixados para prestação de serviço, a exemplo das lavanderias, das oficinas, etc., considera-se abandonado o bem deixado para conserto se não retirado no prazo 90/120 dias, de conformidade com a vontade do fornecedor:

"Se o consumidor não retirar o produto no prazo de 90 dias após a data marcada, o consumidor perderá a propriedade do produto depositado, podendo ser

vendido como forma de pagamento pelo serviço autorizado".

Na verdade, o consumidor não perde a propriedade do bem somente porque negligenciou no cumprimen-

to de cláusula contratual aleatoriamente anotada pelo prestador de serviço. O fato de esquecer ou atrasar para retirar a coisa deixada para conserto não pode implicar em abandono e consequente mudança de titularidade de domínio. Afinal, o bem ficou na empresa para avaliação dos serviços a serem feitos e não há motivação legal para caracterização de abandono, mesmo por-

que isto não ocorre sem a vontade do proprietário da coisa.

Abandono é um comportamento consciente do dono da coisa direcionado para se desfazer do bem, atitude consentida pela lei somente para pessoas maiores e em gozo de suas faculdades mentais. Se a lei exige maioridade e consciência livre do cidadão que quer abandonar

o bem que possui é porque considera fundamental a manifestação do proprietário. Não se dá o abandono por presunção ou por esquecimento.

A perda da propriedade é prevista quando há alienação, (venda ou doação), renúncia, perecimento da coisa, desapropriação ou abandono, art. 1275, Código Civil. Não ocorrentes essas hipóteses não se pode destituir o proprietário do patrimônio que lhe pertence. A cláusula abusivamente inserida no recibo de entrega do bem para prestação de serviço é nula de pleno direi-

to, como prescreve o inciso IV, art. 51 CDC. É condição altamente desvantajosa para o consumidor e incompatível com a boa-fé.

O que se mostra razoavelmente possível para evitar eventuais danos ao fornecedor é a cobranca de certo valor pela permanência indevida do bem no depósito da empresa após o prazo ajustado para retirada; ou até mesmo a fixação de multa pela desatenção do consumidor, que não aprovou, não rejeitou nem retirou o bem depois de passados 90/120 dias; ou, por outra, não pagou nem retirou o produto na data combinada; nunca a perda da propriedade, ainda mais por abandono.

Esta cláusula, como se disse acima, é de nenhum valor e a empresa estará apropriando-se do que não lhe pertence se resistir na devolução do bem.

Tramitaram no Congresso Nacional projetos de leis que pretendiam caracterizar como abandonado o bem deixado para conserto sem retirada por mais de seis meses da conclusão do serviço. Felizmente foram rejeitados.

* Antônio Pessoa Cardoso Desembargador TJ/BA

Multiplicar presídidos?

presídio".

Vejo, com espanto, o orgulho de governadores de Estado e ministros da Justiça quando anunciam a construção de novos presídios, estaduais ou federais.

São presídios cada vez maiores, sofisticados, com instrumental de segurança e até com a brutalidade do isolamento total do preso, com um bilhetinho colocado embaixo da porta: "transforme-se em fera".

Até que presídios poderiam ser inaugurados desde que houvesse, na oportunidade, uma

fechar um presídio". Sua sentença permanece atual e ganha mais vigor ainda em nossa época.

> Imaginemos a multiplicação de escolas neste país: escolas de excelente qualidade, escolas de

> ressalva solene: "que pena, es-

tamos inaugurando mais um

de pesar que se inauguram pri-

bre a realidade de seu tempo,

disse que "abrir uma escola é

sões, mas em clima de festa.

Entretanto, não é em clima

Rousseau, debruçando-se so-

tempo integral, escolas onde a criança ou o adolescente estude, brinque, alimente-se, sinta-se integrada ao mundo, tenha a abertura de horizontes, seja feliz.

Imaginemos um país onde o professor seja valorizado, onde se considere o professor como o mais nobre profissional, tão importante quanto o Presidente da República ou o Governador do Estado, exaltado em prosa e verso, digno de uma remuneração que lhe permita viver com tranquilidade, comprar livros, viajar, participar de congressos, aperfeiçoar-se.

Escolas excelentes constroem personalidades integradas, previnem transvios, democratizam a sociedade, combatem as discriminações, são a esperança de um povo.

Prisões marginalizam seres humanos, dilaceram personalidades, produzem o crime, fecham o futuro.

Dante, na "Divina Comédia", colocou uma frase na porta do Inferno advertindo aos que ali entrassem. Que deixassem de fora a esperança. ("Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate").

Podemos colocar a frase de Dante na porta das prisões: "vocês que entram deixem do lado de fora a esperança".

Há, sem dúvida, prisões pés-

simas e prisões menos ruins. Prisão boa acredito que não haja. Nunca vi, em minha vida, alguém pleiteando ingresso numa prisão.

Há uma gama de alternativas para reduzir o aprisionamento de pessoas a casos extremos. Com um acompanhamento sério por pessoal competente, com a participação direta e pessoal dos magistrados, tanto na concessão de oportunidades que substituam o encarceramento, quanto no acompanhamento posterior da vida dos beneficiados, resultados surpreendentes podem ser alcançados.

Abertura de escolas ótimas para todos os brasileiros, destinação das verbas de presídios para escolas, educação como prioridade nacional, respeito à pessoa humana... Que belo programa para o Brasil.

* João Baptista Herkenhoff Professor do Mestrado em Direito e magistrado(ES)



Entrevista

Gercino foca combate ao crime organizado

Chefe do MP/SC, Gercino Gomes Neto diz que os promotores estão priorizando, principalmente, o ataque às organizações ligadas ao narcotráfico

O promotor de Justiça Gercino Gomes Neto passou a comandar este ano o Ministério Público estadual, ao assumir o cargo de Procurador-Geral em abril de 2007. Natural de Blumenau, atualmente com 46 anos, Gomes Neto é membro do MP desde 1985.

Tendo atuado com destaque na área da Infância e da Juventude, o procurador-geral tem centrado suas ações como chefe do Ministério Público no combate ao crime organizado. Nesta entrevista ao "O Judiciário", o promotor fala sobre o GECOC, grupo especializado em ações contra organizações criminosas, e sobre os principais desafios do MP/SC.

O Judiciário - A partir de sua reorganização e ampliação, como vai funcionar e qual o objetivo do Grupo Estadual de Combate ao Crime Organizado (GECOC)?

Gercino Gomes Neto - Inicialmente, o objetivo foi mesmo reorganizar o Grupo Estadual, uma vez que ele tinha uma atuação mais formal do que propriamente operacional. A atuação era relativa, e com a reestruturação a estratégia foi, primeiro, descentralizar a sua participação. Ou seja, trazer promotores do interior para o GECOC, pois, inicialmente, a estrutura era composta por membros da administração. O objetivo atual foi mesclar: metade membros da administração e metade promotores de Justiça com atuação no interior, e valorizando o Colégio de Procuradores, colocando um procurador de Justiça na sua coordenação. O GECOC vai funcionar como um elo entre os pequenos grupos de atuação no estado e a estrutura do Ministério Público.

OJ - Além do GECOC, o que levou o Ministério Público de Santa Catarina a criar estruturas para combater o tráfico de drogas nas oito principais cidades do Estado?

GN - Na verdade, a partir do GECOC, passamos a eleger prioridades, e os próprios promotores de Justiça elencaram como prioridade o combate à narcotraficância. Mas, é importante destacar, que não a micro, que já é combatida diuturnamente. O objetivo é atacar a estrutura das organizações criminosas, e a partir daí o Ministério Público pretende um trabalho mais efetivo, de maior inteligência e envolvendo os demais órgãos e poderes do Estado.

OJ - O senhor tem dito que este tema (crime organizado) precisa de enfrentamento com inteligência e com cooperação mútua, em parceria com as diversas polícias. As polícias Civil e Militar, por exemplo, estão devidamente aparelhadas para responder com a devida eficiência em eventuais operações?

GN - Com relação à organização e à utilização da inteligência, penso que parte das polícias, sim, já está aparelhada. Não é o ideal mas, em termos de Estado, nós não podemos dizer que existe alguma instituição devidamente aparelhada para o enfrentamento do crime organizado. O que faremos, a partir dessa articulação em que pretendemos envolver as polícias - um trabalho conjunto também com o Poder Judiciário -, é dar maior eficiência à atuação, justamente constatando quais são os nossos pontos fracos e onde podemos aperfeiçoar.

OJ - Como está o serviço de proteção a testemunhas, ele funciona bem em Santa Catarina?

GN - Eu penso que ele não funciona bem no Estado de Santa Catarina, está aquém do ideal. Precisa ser repensado não só em Santa Catarina, mas também no Brasil. Em alguns casos, que eu tenho de experiência com a atuação na área da Infância e Juventude, nós vemos que as testemunhas passam, na verdade, a ficar "encarceradas", pois a estrutura é muito restrita e impede que essa testemunha tenha uma efetiva proteção, salvo através do seu isolamento total - o que de fato é necessário, mas de uma forma mais aparelhada, mais digna para quem está contribuindo com a elucidação dos crimes.

OJ - As divergências entre o Ministério Público Federal e o MP estadual, que surgiram durante a Operação Moeda Verde, estão superadas? As duas instituições serão parceiras nos trabalhos que vierem a ser desenvolvidos pelo GECOC?

GN - Creio que não tenha surgido nenhuma divergência. Em nenhum momento, por parte do Ministério Público Estadual, surgiu divergência. O que houve foi uma manifestação do Ministério Público Federal no sentido de ampliar o sigilo da investigação, o que, de nossa parte, não trouxe nenhum prejuízo, nenhum abalo nas relações, até porque cada instituição age como acha que deve agir. Quanto à atuação integrada com o GECOC, se surgir necessidade não vejo óbices, muito pelo contrário.

OJ - O Ministério Público catarinense, através dos Termos de Ajustamento de Conduta, tenta coibir a prática do nepotismo nos poderes Executivo e Legislativo de municípios do Estado. Qual o balanço que



Gercino Gomes assumiu o cargo de procurador-geral do MP/SC em abril de 2007

o senhor faz desse trabalho?

GN - O Ministério Público tem aprofundado os contatos com as administrações, nesse primeiro momento com os municípios, e, a curto prazo, iniciaremos também as tratativas no nível estadual. Os trabalhos têm sido positivos, temos conseguido ajustamentos de conduta, há municípios que têm tomado iniciativa por conta própria. Até o início de outubro já haviam sido firmados ajustamentos de conduta com 72 Prefeituras e 65 Câmaras de Vereadores. Entendo que é um avanço o que tem acontecido, ou seja, a conscientização de que cargo público não é presente e que, infelizmente, regras são necessárias para evitar abusos. Sabemos que há parentes que são extremamente eficientes, mas é impossível uma regra de exceção. Portanto, a saída realmente é o controle dessa prática.

OJ - Será possível coibir também o nepotismo cruzado?

GN - Penso que no futuro o nepotismo cruzado deve fazer parte das estratégias das instituições como um todo, evitando-se tal prática.

OJ - O MP/SC também lançou uma ofensiva contra os crimes praticados contra a administração pública, ampliando, inclusive, o grupo responsável para atuar nesta área. Quais os resultados dos trabalhos realizados até o momento?

GN - A nossa estratégia, especialmente no que diz respeito às autoridades com foro privilegiado, foi criar um grupo especial de atuação (Grupo Especial

de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça), composto por procuradores de Justiça e por uma promotora de Justiça, que tem por escopo aperfeiçoar a repressão a estes crimes. Primeiro, concentrando no grupo todos os processos e procedimentos que antes eram esparsos: os do meio ambiente na área do meio ambiente, os da moralidade com a moralidade, e os do Gabinete do Procurador-Geral. Hoje todos estão concentrados no Grupo de Apoio, facilitando a atuação. E, também, com a participação dos Procuradores do Grupo de Apoio nas audiências e nas sessões das Câmaras, está se possibilitando um aprimoramento da atuação do Ministério Público que, creio eu, resultará em pouco tempo em excelentes resultados. Tanto do ponto de vista repressivo quanto do ponto de vista pedagógico.

OJ - A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda Constitucional que cria o Tribunal de Probidade Administrativa. Caso ele seja definitivamente aprovado, o senhor acha que ele resolverá o problema da impunidade em relação aos políticos?

GN - Não concordo com a sua criação. Entendo que o modelo atual é o correto, inclusive com o fim do foro privilegiado. Entretanto, precisamos apenas aperfeiçoar mecanismos, criar Câmaras específicas para julgamento, grupos no 2º grau dos ministérios públicos estaduais, o que permitiria uma atuação mais eficiente. A criação do Tribunal encarecerá e demorará ainda mais o julgamento dos processos.

Administrativas

TJ/SC empossa sete juízes de Direito de 2º Grau

Presidente do TJ/SC, desembargador Pedro Manoel Abreu, pediu para os magistrados verem a Justiça como um compromisso social e político

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Pedro Manoel Abreu, em solenidade realizada na tarde do dia 17 de dezembro, no Auditório Deputada Antonieta de Barros da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, empossou sete novos juízes de Direito de 2° Grau do TJ.

Tomaram posse os magistrados Rodrigo Antônio da Cunha, José Inácio Schaefer, Ricardo José Roesler, Domingos Paludo, Paulo Roberto Sartorato, Robson Luz Varella e Paulo Henrique Mortiz Martins da Silva para os cargos de 12º a 18º juiz de direito de 2º Grau. Rodrigo Antônio da Cunha, emocionado, falou em nome dos demais empossados. Ressaltou as dificuldades inerentes à classe, porém, recordou as alegrias vivenciadas no exercício da magistratura. "Tenho plena consciência dos desafios que recebemos hoje, mas tenho a certeza de que buscaremos corresponder às expectativas. Vamos somar esforços diuturnamente para a efetiva aplicação da Justiça", disse o novo juiz de direito de 2º grau.

Em seu discurso, o presidente do Tribunal de Justiça, disse ser esse um dia feliz para esse grupo de magistrados, alçados ao novo cargo. Para Pedro Manoel Abreu, o evento representa a ratificação de um compromisso de honra para a efetiva aplicação da Justiça, com cooperação, auxílio e servindo, todos, à mesma causa: a busca da Justiça. "Justiça que morre diariamente quando falha; Justiça fundada na confiança, mas, que morre cada vez que é traída; Justiça fundada no justo e na ética", disse o presidente do TJ ao homenagear os juízes. Finalizou com um pedido de que os novos juízes de 2º grau vejam a Justiça como compromisso social e político para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.



Novos juízes de 2º grau tomaram posse em cerimônia na Assembléia Legislativa

Capital, Joinville e Canoinhas têm novos diretores de Fórum

O Tribunal Pleno, reunido em no aprovou ainda as opções dos sessão administrativa no dia 02 de dezembro, confirmou os nomes dos juízes Odson Cardoso Filho e Saul Steil para o preenchimento dos cargos de juiz efetivo no Tribunal Regional Eleitoral, que ficaram vagos, respectivamente, com o término do mandato do juiz Newton Varella Júnior e com a remoção do juiz José Inácio Schaefer. Os magistrados indicaram também Comarca de Canoinhas; Yhon Tostes, para o Foro de Joinville, e Hélio do Valle Pereira, para o Foro da Comarca da Capital.

O juiz Renato Guilherme Gomes Cunha foi promovido para o cargo de juiz de Direito da Comarca de Taió, bem como o juiz Eduardo Camargo foi removido para o cargo de juiz de Direito da mesma Comarca. Por último, o Ple-

seguintes juízes: Ana Vera Sganzerla Truccolo, para a 2ª Vara da Comarca de Balneário Piçarras; Simone Faria Locks Rodrigues, para a 2ª Vara da Comarca de Porto Belo; Ubaldo Ricardo da Silva Neto, para a Vara Criminal da Comarca de Timbó; Mauro Ferrandin, para a Vara Criminal da Comarca de São Francisco do Sul; Pedro Walicoski Carvalho, para a 2ª Vara da Comarca de Tijucas; os seguintes juízes para ocupar Antônio Zoldan da Veiga, para a a direção de Foro: Gustavo Hen- 4ª Vara Cível da Comarca de Joinrique Aracheski, para o Foro da ville; Rosane Portela Wolff para a 6ª Vara Cível da Comarca da Capital; Guilherme Nunes Born para a 2ª Vara Cível do Foro do Continente; Paulo Ricardo Bruschi para a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital; Samir Oséas Saad para a Vara da Família do Foro do Continente; Denise de Souza Luiz Francoski para a 3ª Vara Cível da Comarca da Capital e Vilson Fontana para a 1ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Não tropece na língua

Arquivem-se os autos - Voz passiva

De Porto Belo/SC recebi consulta nos seguintes termos: "Ao concluir uma sentença, o juiz determina que o cartório ou o escrivão faça chegá-la ao conhecimento dos interessados (partes, autores, réus, etc.). Outras vezes profere despacho mandando chamar os litigantes à sua presença. Seguidamente passa determinações para algum funcionário. Para dar tais ordens, nos autos do processo, deve

- 1. Arquive-se, ou arquivem-se os
- 2. Cite-se os réus, ou citem-se os
- 3. Intime-se, ou intimem-se os litigantes do teor da sentença?
- 4. Apense-se, ou apensem-se os autos da falência?
- 5. Expeça-se, ou expeçam-se os mandados de prisão?"

Já grifei as formas que se preferem (olha agui o verbo no plural!) na língua culta formal - como é o caso - pois se trata da voz passiva sintética, em que o pronome SE é partícula apassivadora. O verbo vai para o plural porque o sujeito está no plural - sujeito gramatical, bem entendido. Esse sujeito passivo fica mais claro quando se usa a voz passiva analítica, construída com o verbo auxiliar "ser". São, portanto, formas equivalentes:

- 1. (Que) os autos sejam arquivados.
- 2. (Que) os réus sejam citados.
- 3. (Que) os litigantes sejam intima-
- 4. (Que) os autos da falência sejam
- 5. (Que) os mandados de prisão sejam expedidos.

Estamos vendo aí uma ordem/ determinação subentendida: "(Deter-

mino que) os autos sejam arquivados" etc. Nos dois blocos de exemplos temos o caso não muito comum de imperativo na voz passiva. Isso provavelmente justifica a dúvida, que em geral não se tem diante de frases como Vende-se casas / Vendem-se casas ou Publicou-se os editais / Publicaram-se os editais, as quais se distinguem como linguagem popular/ linguagem culta (norma-padrão).

Maria Tereza de Queiroz Piacentini

Já em orações de verbos intransitivos ou transitivos indiretos (que não podem ser passados para a voz passiva), a gramática considera o **SE** como índice de indeterminação do sujeito. Isso significa que o verbo acompanhado do pronome **SE** mantém-se na 3ª pessoa do singular mesmo que o substantivo a que ele se refere esteja no plural, porque esse substantivo não é o sujeito da oração - no caso, o sujeito é indeterminado. Em termos práticos: a presença da preposição que caracteriza o verbo transitivo indireto indica que ele não deve ser pluralizado. Exemplos:

- -- **Trata-se de** sentenças já ana-
- -- **Acabou-se** finalmente com os
- -- **Procedeu-se,** de imediato, às apurações dos votos.

É preciso alertar que existem verbos com dupla regência, isto é, o mesmo verbo pode ser usado tanto como transitivo direto como indireto; como direto, então, ele deve ser pluralizado na voz passiva. É o que acontece, por exemplo, com tratar, acabar e usar:

- -- Naquele nosocômio **tratam-se** enfermidades raras.
- -- **Acabaram-se** as preocupações com a dengue.

Administrativas

Jorge Mussi toma posse como ministro do STJ

Catarinense, ao lado do paulista Sidnei Beneti, assumiu uma das vagas deixada pelos ministros Carlos Alberto Menezes Direito e Castro Filho

O catarinense Jorge Mussi, 55 anos, foi empossado, no dia 12 de dezembro, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em uma cerimônia que contou com a presença de 600 convidados. Ao lado do paulista Sidnei Agostinho Beneti, Mussi assumirá uma das duas vagas abertas com a saída dos ministros Carlos Alberto Menezes Direito e Castro Filho.

A sessão solene de posse, realizada no pleno da Corte e conduzida pelo presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, reuniu autoridades dos Três Poderes, representantes da sociedade e do corpo diplomático. O vice-presidente da República, José Alencar, representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A cerimônia também foi prestigiada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Alberto Menezes Direito, e pelo subprocuradorgeral da República, Aroldo Ferraz da Nóbrega, representando o Ministério Público da União.

No discurso de boas vindas, o presidente do STJ destacou a trajetória profissional dos novos ministros e a valiosa contribuição que trarão à luta por uma Justiça cada vez mais acessível, ágil, eficaz e transparente. "Ambos são profissionais que amealharam vasta experiência nos caminhos do Direito e da Justiça, efetivamente identificados com a função judicante e irmanados com os interesses do Poder Judiciário", ressaltou.

Jorge Mussi e Sidnei Beneti foram conduzidos à tribuna do Pleno, onde prestaram o juramento de compromisso constitucional, pelos ministros Nilson Naves, Napoleão Nunes Maia, Francisco Peçanha Martins e Herman Benjamin. "É a coroação do trabalho de uma vida. Um momento único. Venho para honrar o Tribunal e Santa Catarina", disse Mussi em entrevista à imprensa.

Perfil

Natural de Florianópolis, Jorge Mussi, foi o primeiro nome eleito pelos ministros do STJ. Teve 19 votos. O magistrado é formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Na década de 80, foi procurador-geral do município de Florianópolis (SC) e exerceu o cargo de juiz do Tribunal Regional Elei-



Mussi é de Florianópolis e construiu carreira na magistratura e na advocacia de SC

toral de Santa Catarina. Em 1994, ingressou no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), onde atuou nas áreas civil e criminal. Entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2006, presidiu o TJ/SC, chegando a substituir o governador no cargo de chefe

Confraternização reúne jornalistas de todo o estado em Florianópolis

Pelo menos 250 jornalistas e profissionais de comunicação de todo o estado participaram da festa de fim de ano da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), realizada no dia 08 de dezembro na sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). Foi o primeiro grande evento social promovido pela diretoria eleita em julho deste ano, que tem à frente o jornalista Ademir Arnon. Além de associados e parceiros da entidade, a festa - animada pelo músico Marcos Sorriso - reuniu profissionais dos principais veículos de comunicação de Santa Catarina.

"A festa foi um sucesso graças à intensa mobilização da nossa diretoria, que está muito motivada. Nossa intenção é que a partir de agora este evento passe a integrar o calendário fixo da Associação", comenta Arnon.

apoio de diversas empresas e entida-

A festa de confraternização teve o des, tais como a Unisul, hotéis Costa Norte Ingleses e Ponta das Canas,



Encontro da imprensa catarinense contou com cerca de 250 profissionais

Costão do Santinho Resort, Acaert, Diário Catarinense, Rede SC, TVBV, Grupo Positivo, Acontecendoaqui, Água da Guarda, Amoratto Sorvetes, BRDE, Chilli Beans, Koerich, All Press Comunicação, Delmondo, Fábrica de Comunicação, Palavra Comunicação, Floripa Music Hall, Editora Insular, Mueller Eletrodomésticos, Mueller Fogões, MMC, Estação do Mar, ADM Distribuidora, www.bestbooks.com. br, FIT Foods, Intelbras, Dunlop, Midea do Brasil e Sofitel Florianópolis.

O ponto alto do evento foi o sorteio de brindes, que incluiu notebooks (exclusivos para associados), eletrodomésticos, bicicleta e até pacotes turísticos para destinos do estado e do Nordeste. "O sorteio só foi possível pelo apoio que conseguimos junto aos parceiros, e por isso fizemos um agradecimento especial a estas empresas e entidades que apostam na força da ACI", disse o presidente.

Corregedoria lança o Portal de Peritos, Tradutores e Intérpretes

(CGJ) disponibiliza, desde o dia 11 de dezembro, o Portal de Peritos, Tradutores e Intérpretes, uma ferramenta para facilitar e agilizar a nomeação de auxiliares da Justiça em processos judiciais. As pessoas interessadas em atuar nestas funções - e que tenham habilitação

A Corregedoria-Geral da Justiça técnica para tal - poderão se cadastrar rapidamente através deste

> Os candidatos podem, inclusive, escolher as comarcas onde pretendem atuar. O exercício da atividade só é possível, entretanto, naqueles processos em que as partes assu

mem as despesas, ou que sejam beneficiários da justiça gratuita (assistência judiciária). A iniciativa tem o objetivo de criar um banco de profissionais disponível a todo o Judiciário catarinense.

Os magistrados e servidores do Poder Judiciário poderão consultar, via acesso restrito, os nomes e demais informações dos técnicos inscritos no portal, inclusive com pesquisa por verbetes. A consulta pública é restrita ao nome das pessoas cadastradas, em cada área e categoria de habilitação e, se devidamente autorizadas, ao contato pessoal. O portal está acessível na página inicial da CGJ (cgj.tj.sc.gov.br), no icone "Peritos e tradutores".

Janeiro de 2008 O JUDICIÁRIO

Cidadania

Conciliação soluciona dois mil processos em SC

Justiça estadual de SC finaliza 2.058 ações cíveis e penais através de acordos conciliatórios durante a "Semana Nacional da Conciliação"

Exatos 2.058 processos abandonaram o longo caminho de sentenças e recursos, que os Códigos Penal e Civil impõem ao trâmite judicial brasileiro, e foram resolvidos através de acordos conciliatórios em Santa Catarina durante a "Semana Nacional da Conciliação", realizada entre os dias três e oito de dezembro do ano passado. No estado, 4.341 audiências foram feitas, atendendo sete mil partes e atingindo o valor de R\$ 2,8 milhões em pagamentos indenizatórios. O índice de sucesso da Justiça estadual catarinense foi de 47%, quatros pontos percentuais acima da média nacional - que foi de 43%.

Das 4,3 mil audiências realizadas - 7 mil estavam agendadas inicialmente -, 3,9 mil tratavam de questões cíveis e 400 eram da área penal. Na área criminal, 138 transações penais e 68 composições civis foram efetuadas. Já na parte cível, 1.857 acordos foram homologados. Em relação a 2006, houve um aumento de 138% no total de audiências - 4,3 mil contra 1,8 mil do ano passado. Já o índice de conciliações efetivadas diminuiu, caindo de 53% - foram mil acordos em 2006 - para 47%

No estado, 31 comarcas participaram da "Semana". Um contingente de 60 magistrados, 50 promotores, 150 servidores e 200 conciliadores foi responsável por conduzir os trabalhos. A campanha foi aberta em Joinville no dia três, e encerrada em Criciúma no dia oito. As duas comarcas lideraram as estatísticas de audiências agendadas, com cerca de mil processos cada.

"Falar em conciliação é buscar uma alteração de paradigma, uma vez que há na Justiça uma cultura de conflito, e precisamos mudar essa mentalidade", projetou o juiz federal Jorge Maurique, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - órgão organizador do movimento –, durante a cerimônia de abertura na maior cidade de Santa Catarina.



Audiências são realizadas em Criciúma, comarca que pôs em pauta cerca de mil processos e sediou o encerramento da "Semana"

da Conciliação" foram desenvolvidas atividades conciliatórias no estado. A média diária foi de aproximadamente 600 audiências e 250 acordos. O dia cinco, terceiro dia de trabalhos do movimento, foi o com maior número de conciliações efetuadas. O total de audiências ficou em 877 e o número de composições foi de 393 - 1,7 mil pessoas foram atendidas no

Já o encerramento da "Semana da Conciliação" concentrou atividades na região Sul do estado. No dia oito, último dia do movimento, Criciúma realizou 253 audiências, uma série de atividades ligadas ao exercício da cidadania e ao bem estar social e uma cerimônia de casamento coletivo com 90 casais. Através de parcerias com órgãos públicos e organizações não Em todos os dias da "Semana governamentais, o Judiciário lo- Cerca de 300 mil partes compare- mica Federal.

cal promoveu atividades culturais e recreativas, prestou serviços de informação e orientação médica e distribuiu presentes, doados pela própria comunidade da comarca, para jovens carentes.

"Queremos que a cultura da conciliação atinja vizinhos, casais separados, patrão e empregado, para que todos possam chegar a um acordo bom para as partes", explicou o coordenador nacional da "Semana", desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, que acompanhou os trabalhos em Criciúma.

Nacional

Quatro estádios do Maracanã poderiam ser lotados com o número de brasileiros que foram atendidos pela "Semana Nacional da Conciliação" em todo o Brasil. nham como parte a Caixa Econô-

ceram a um total de 114.147 audiências. Foram firmados 61.442 acordos e R\$ 255 milhões serão pagos em decorrência das conciliações. São Paulo liderou as estatísticas de audiências efetuadas ao atingir o número de 18.291 - contando as esferas Estadual, Trabalhista e Federal. O Ceará contabilizou 17.096 encontros conciliatórios e Minas Gerais,

Na Justiça Federal da região Sul do país, 3.955 audiências foram realizadas, com o montante de R\$ 16 milhões acordados em indenizações e compensações. Os processos concluídos com a negociação envolviam disputas entre cidadãos e órgãos públicos ou empresas federais, como as ações contra o INSS e os casos que ti-

Conciliação em 2006

Em 2006, não houve a "Semana da Conciliação", e sim o "Movimento Nacional pela Conciliação". Os trabalhos foram concentrados em um único dia - o oito de dezembro, "Dia da Justiça" e "Dia Nacional da Conciliação". Em Santa Catarina, foram realizadas 1,8 mil audiências e fechados cerca de mil acordos - um índice de sucesso de 53%. No Brasil, 84 mil audiências foram efetuadas – índice de 55%.

Conciliação soluciona litígio de 39 anos

Um conflito pendente há 39 anos na Justiça do Ceará foi resolvido através da conciliação durante a "Semana Nacional". Em Aracati, cidade do litoral cearense localizada a 160 km da capital Fortaleza, duas partes que se confrontavam em uma ação de usucapião existente desde 1968 chegaram a um acordo e finalizaram o processo.

Especial

Fotos: Cleber Thomas

Jantar da Magistratura

Evento de encerramento do ano da magistratura catarinense reuniu mais de 300 pessoas

Mais de 300 pessoas, entre magistrados e familiares, participaram, no dia 1º de dezembro, no Lira Tênis Clube, em Florianópolis, do tradicional jantar de final de ano promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC).

Na ocasião, foram sorteados um pacote de cruzeiro marítimo e uma viagem para Porto Seguro (BA), oferecidos pela agência de viagens CVC. A AMC também prestou a sua homenagem a magistrados e servidores do Poder Judiciário pelos relevantes serviços dedicados à Justiça catarinense. Os homenageados foram: desembargador Pedro Manoel Abreu, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC); desembargador Antonio Fernando do Amaral e Silva, diretor executivo da Academia Judicial; juiz Rodrigo Collaço, ex-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); corregedor geral da Justiça, desembargador Newton Trisottto; juiz Paulo Toniazzo, coordenador pedagógico da Escola de Serviços Judiciários; e Antonina Machado Ivo Rosa, secretária executiva da Academia Judicial.



Juízes Fernando de Castro Faria (esq.) e Sérgio Domingos e esposas



Da esq. p/ dir.: juiz Paulo Tzelikis e esposa e o presidente da AMC, José Agenor de Aragão, ladeado pela esposa e filha



Juiz Sílvio Orsatto e



Juízes Paulo Moritz da Silva, José Agenor de Aragão e Odson Cardoso Filho



Homenageados da AMC, da esq. p/ dir.: Pedro Abreu, Amaral e Silva, Newton Trisotto, Rodrigo Collaço e Paulo Toniazzo



Juíza Cíntia Costi (esq.) e marido, juntamente com o juiz Uziel de Oliveira e esposa



Juízes Paulo Brus



Juíza Quitéria T. Vieira Peres e esposo



Desembargadores Pedro Abreu (esq.) e Francisco de Oliveira



Juíza Haidee Denise Grin e marido



Desembargador Wilson



Da esq. p/ dir.: Volnei Carlin, Jaime Ramos Marcus Sartorato e José I. Schaefer



Juízes Rafael e Cintia Arnt, Janine Martins e esposo, ao lado do des. Vanderlei Romer



Juíza Simone Zabot e esposo



Juíza Luciana

Janeiro de 2008 O JUDICIÁRIO



Juiz Paulo Marcos de Farias e esposa



Desembargador Pedro Abreu (dir.) e esposa, ao lado do presidente da AMC



Desembargadores Volnei Carlin e Rejane Andersen (esq.) com seus respectivos cônjuges

> Desembargador Luiz Carlos Freyesleben e esposa

Da esq. p/ dir.: Kátia (esposa do juiz Paulo Moritz), Cleusa Inácio, Andréa da Silva, Vanderli Carminara e juiz Paulo Moritz



Desembargadores Maurílio Moreira Leite e Alcides Aguiar (dir.)



Da esq. p/ dir.: os desembargadores Jorge Schaefer, Jaime Ramos, Nelson Schaefer e Cláudio Dutra



Juiz Nilton Macedo e a juíza Iasodara



Juízes Monani Menine Pereira (esq.) e Renato Mastella, juntamente com as respectivas esposas



Juiz Rodrigo Collaço e esposa e os desembargadores Newton Trisotto e Salim dos Santos



O casal Taynara Goessel (juíza em Blumenau) e o namorado Jivago Viana, ladeados pelo desembargador José Mazoni Ferreira e sua esposa Marília

Juiz Alexandre Ditrich

Buhr (segundo à esq.)

e família

de Souza

Da esq. p/ dir.: Eduardo Gallo, Des. Francisco Oliveira, juiz José A. de Aragão e des. José Volpato



o das esposas

schi (esq.) e Sílvio Franco ao

esposa

Nascimento e esposa



Gottardi e esposo



Des. Alexandre D'Ivanenko e esposa



Juíza Andresa Bernardo e o marido, Orídio Jr.



Da dir. p/ esq.: des. Marco Aurélio Buzzi, juiz José A. de Aragão, juiz sub. 2º grau Victor Sebem Ferreira e o juiz Marlon Negri, com a esposa

"Agente" chega a colégio estadual pela 1º vez

Vinte e seis jovens melhoram o desempenho comportamental e de aprendizagem ao receberem mais atenção e ganhar mais responsabilidades

"Por que as escolas municipais e particulares conseguem fazer o projeto funcionar e nós não? Será que nós dos colégios estaduais não estamos nos acomodando?". Foi com a postura de estar à frente de um desafio que a professora Eliete Theiss, 27 anos de magistério, recebeu o convite da coordenação do "Agente da Paz" de Balneário Camboriú para executar, pela primeira vez, a iniciativa em um colégio da rede estadual de ensino. A proposta de iniciar um trabalho ligado à pacificação no Colégio Estadual Maria da Glória, local de estudo de 1,5 mil alunos, foi apresentada no início de 2007, quando, até então, as unidades escolares do Estado resistiam a ingressarem no projeto e nenhuma delas tinha adotado a iniciativa de forma perene.

Aceito o desafio pelos professores e pela direção do Maria da Glória, a receita para atingir os objetivos ligados ao "Agente da Paz" foi dividida, basicamente, em três passos. A estratégia foi fazer um trabalho de resgate dos estudantes de 5° a 8° série com dificuldades comportamentais e de aprendizagem. O foco era trazer para o movimento os jovens com problemas nas duas áreas, mas de forma discreta. "Primeiro, abrimos inscrições para todos os alunos se tornarem um 'agente da paz', e depois, discretamente, fomos chamando aqueles com problemas, muitos deles encaminhados por professores que viam as dificuldades de cada um", explica a professora Eliete, professora de Português que se tornou a coordenadora do "Agente" na escola.

Um grupo de 26 alunos foi formado, todos, de acordo com a docente de Língua Portuguesa, totalmente engajados em ajudar a resolver os problemas do

colégio e as suas próprias dificuldades. A partir daí, no que pode ser considerada a segunda fase do trabalho, começaram as atividades sociais didáticas. A participação da família foi considerada fundamental, e encontros quinzenais com os estudantes e os pais passaram a ser rotina. "Nós percebemos que as crianças davam trabalho porque faltava algo para elas, algo como atenção e responsabilidade", analisa Eliete.

A revitalização do diálogo com os pais e professo-

res ajudou a sanar a questão da falta de atenção com os jovens, e a solução para o problema da responsabilidade veio através da criação de uma carga de atividades repassadas aos 26 estudantes. A extensa lista elaborada pelo projeto "Agente da Paz" fez os alunos ficarem sempre ligados em alguma iniciativa. O grupo ficou responsável, por exemplo, em organizar jogos recreativos, restaurar parte da biblioteca, coordenar desfiles cívicos, plantar árvores, reformar e distribuir brinquedos a jovens carentes e montar um coral da paz.

Como no horário do intervalo as crianças de 1º a 4º série - o Maria da Glória possui turmas de ensino fundamental e médio - ficavam muito agitadas, brigavam, corriam e se machucavam, o grupo de agentes da paz criou o "Recreio Monitorado". Com o



Trabalhos realizados pelo Agente da Paz buscam disseminar a cultura da paz entre crianças e adolescentes

programa, a cada dia cinco estudantes faziam brincadeiras e distraíam as crianças, evitando confusões e contusões com os jovens estudantes e permitindo que os professores pudessem aproveitar o horário de repouso entre as aulas para efetivamente descansarem e se prepararem para o restante da jornada.

A série de atividades foi acompanhada por aulas de apoio de Matemática e Português, direcionadas e focadas a cada um dos alunos. A questão da paz e o resgate de valores sociais como a honestidade também foram trabalhados pelos professores em sala de aula.

Atitudes simples demonstraram a eficácia do trabalho desenvolvido. Um exemplo foi a valoração e auto-estima adquiridas com o uso de camisetas como o nome "agente da paz". "Alu-

nos rebeldes, ao usar o nome e a camiseta da paz, sentiram que tinham que mudar de comportamento e servir de exemplo aos outros", afirma a professora Eliete. "Eles adquiriram um senso de responsabilidade", comple-

O consenso do corpo docente do Maria da Glória é de que os integrantes do projeto recuperaram valores sociais e melhoraram o nível de aprendizado em sala de aula. "O resultado foi ótimo. É normal o professor dizer que um aluno mudou radicalmente [após o desenvolvimento do trabalho do 'Agente da Paz'", ressalta a coordenadora. "Em 2008, tenho certeza que será melhor ainda. Vamos continuar com o mesmo projeto, mas com mais garra e determinação, com uma programação mais elaborada e com todos os detalhes amarrados", projeta.

Município de Bombinhas também investirá em ações pedagógicas

mais uma cidade catarinense no dia 05 de novembro, com o lançamento do projeto no município de Bombinhas, litoral norte do estado. A cerimônia de inauguração da iniciativa ocorreu na sede da Prefeitura Municipal.

A juíza Simone Faria Locks Rodrigues será a responsável pelo "Agente da Paz" na cidade. Por

O "Agente da Paz" chegou a parte do Executivo Municipal, a coordenação ficará por conta da diretora de integração educacional da Secretaria de Educação, Raquel da Silva Yee.

> Considerado um município "jovem" - fundado em 1992 -, Bombinhas faz parte da comarca de Porto Belo. Com cerca de 11 mil habitantes e a 75 km da capital Florianópolis, a cidade tem o turismo como principal atividade econômica.

Atividades

A coordenação do projeto planeja realizar uma série de ações pedagógicas com as crianças da rede escolar do município. Para 2008, um cronograma de atividades de maior abrangência está em fase de elaboração.

Na "Semana da Paz" do ano passado, entre cinco e 12 de outubro, Bombinhas contou com um amplo programa de ações, apesar de, na época, ainda não fazer parte oficialmente do "Agente da Paz". Movimentos reflexivos, sessões de leitura, atividades escolares como artesanato e dança, apresentações artísticas e encontro de jovens foram algumas das atividades realizadas.

A inovação no município foi o uso da mídia local durante a Semana. Canções e mensagens sobre a paz e entrevistas com os coordenadores do projeto, como a juíza Simone Locks Rodrigues, fizeram parte da pauta dos veículos locais no período.

Juiz de Palhoça tentou impedir superlotação

Magistrado tomou todas as providências necessárias para evitar o excesso de presos, mas inércia dos órgãos responsáveis impediu regularização

As cenas de presos acorrentados a pilares na delegacia de Palhoça, cidade localizada na Grande Florianópolis, em razão da superlotação, chocaram o país. O que pouca gente ficou sabendo é que o juiz local, Vilmar Cardozo, tomou todas as providências necessárias para evitar o excesso de presos na delegacia, mas acabou esbarrando na inércia dos órgãos responsáveis pelo sistema prisional catarinense.

O magistrado conta que, no dia 28 de novembro de 2006, o Ministério Público ajuizou ação visando à interdição da cela existente na comarca de Palhoça, isto porque na época encontravam-se recolhidos 22 detentos em cela que possuía capacidade para dois presos, tendo sido proferida, na ocasião, decisão interlocutória determinando a tomada de algumas providências, entre elas a elaboração de inspeção com laudo de vistoria pela vigilância sanitária, bem como a remoção de presos em número acima do permitido para a cela.

Em resposta, o Departamento de Administração Prisional (DEAP) se comprometeu em buscar soluções para o problema "no menor prazo possível".

Uma nova decisão foi proferida no dia 19 de dezembro de 2006, na qual o juiz buscou mediar a situação, deferindo parcialmente o pedido e limitando em 10 detentos o número máximo passível de permanecer na referida cela, fixando multa diária para o caso de descumprimento da ordem, bem como determinando o encaminhamento de cópias à Corregedoria.

O Estado de Santa Catarina recorreu da decisão e o Tribunal de Justiça acabou reformando a decisão do magistrado de primeiro grau. A última movimentação do caso ocorreu no dia 03 de dezembro deste ano, quando o Ministério Público requereu a procedência parcial da inicial com a interdição da cela da Delegacia de Policia de Palhoça, mantendo-se no local quatro presos para fins de triagem e posterior transferência a estabelecimento prisional adequado. "Tudo, absolutamente

tudo que estava ao meu alcance foi feito para resolver a situação da cela, sendo que as cenas de presos acorrentados não eram do meu conhecimento e tampouco contava com o meu apoio", desabafou o juiz Vilmar Cardozo.

Pelo último censo, a cidade de Palhoça conta com 125 mil habitantes, porém, não possui estrutura adequada para servir a população. O município não tem hospital, a delegacia foi construída há três anos, a estrutura fisica e de pessoal das polícias Civil e Militar são precárias, e o fórum é antigo e possui apenas três varas.

Em Palhoça ocorre em média um ou dois homicídios a cada final de semana. Prisões por tráfico de drogas são comuns e a delegacia conta com um único policial responsável pelas investigações.

A cela da delegacia foi construída a pedido dos magistrados da comarca, que não contavam com local para recolhimento de presos por dívida alimentar. "Há carência de recursos humanos e materiais nesta bela cidade situada

tão próxima mas, ao mesmo tempo, tão distante da capital, pois para cá os olhos somente são direcionados em situações como por ora vivenciada, já que os apelos insistentemente realizados anteriormente não receberam a devida atenção daqueles que deveriam ter se sensibilizado antes de que esta tragédia anunciada viesse a ocorrer", lamentou o magistrado.



Juiz Vilmar Cardozo atua em Palhoça

Nota de Esclarecimento

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), entidade que congrega os desembargadores e juízes de Santa Catarina, em face das notícias veiculadas sobre as condições de presos na comarca de Palhoça, vem esclarecer à sociedade catarinense os seguintes pontos sobre o episódio. A administração e o controle das delegacias de polícia, cadeias públicas, presídios e penitenciárias estão afetos primordialmente ao Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a quem compete distribuir e conceder as vagas necessárias ao recolhimento de presos provisórios ou definitivamente condenados.

A intervenção do juiz de Direito a respeito das condições dos presos ocorre somente quando houver pedido do Ministério Público no ajuizamento de ação de interdição de estabelecimento prisional. No caso da comarca de Palhoça, o juiz de Direito responsável pelos processos criminais, Vilmar Cardozo, promoveu diversas medidas com a finalidade de viabilizar as condições para os presos segundo a Lei de Execuções Penais, como a concessão de liminar para limitação do número de presos, em dezembro de 2006, bem como o envio de

vários oficios cobrando providências das autoridades responsáveis, expedidos em julho, outubro e novembro de 2007.

O magistrado, todavia, não tem o poder de impedir que as autoridades efetuem a prisão de criminosos, pois a detenção em flagrante é obrigação funcional dos policiais civis e militares. Além disso, o juiz não sabia da situação ocorrida na última semana na cadeia de Palhoça, a respeito de presos acorrentados. A AMC lamenta que, não obstante as decisões judiciais e a intervenção do juiz, a situação tenha sido resolvida com a transferência de presos para outra comarca, somente depois que os fatos

foram objeto de notícias na imprensa. A AMC defende toda e qualquer investigação sobre o tema, a cargo da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça ou Conselho Nacional de Justiça, mas não compactuará com a transferência de responsabilidades, tampouco com a imputação de omissão ao magistrado.

Juiz José Agenor de Aragão (Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses)

Juiz Leandro Passig Mendes (Diretor do Departamento de Valorização Profissional e Defesa do Magistrado da AMC)

Corregedoria fará levantamento da situação prisional em Santa Catarina

A Corregedoria Geral da Justiça enviou, no dia 29 de novembro, oficio aos juízes corregedores dos presídios de todo o estado, solicitando aos magistrados um novo diagnóstico que revele a real situação do sistema carcerário catarinense. O levantamento tem por objetivo mostrar a quantidade real de presos; as características dos apenados; as vagas disponíveis; as condições de alimentação, higiene e segurança; entre outros dados referentes aos estabelecimentos penais do Estado.

Os juízes corregedores de estabelecimentos prisionais (ao todo são 110 magistrados, sendo um por comarca) têm até o dia 19 de dezembro para encaminhar as informações à Corregedoria. Os dados serão analisados e, posteriormente, serão levados ao conhecimento do Poder Executivo, procedimento já adotado anteriormente pelo Poder Judiciário.

O juiz corregedor Dinart Francisco Machado explica que a situação dos estabelecimentos prisionais deve ser do conhecimento do Estado, por intermédio do Departamento Estadual de Administração Prisional (DEAP), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que é responsável pela construção, manutenção e gerenciamento de todos os prédios do sistema prisional. "O Poder Judiciário, seja por intermédio do Tribunal ou

da Corregedoria, já informou por diversas vezes, seja de forma direta (pessoalmente) ou por oficio e outros expedientes, da precaríssima situação existente no sistema carcerário e da necessidade urgente do aumento número de vagas ao longo dos anos", destaca Machado.

O magistrado acrescenta que já existe um relatório pormenorizado da situação de todos os estabelecimentos prisionais, elaborado no final do ano 2004, após visitas locais feitas pelo juiz Corregedor Paulo Roberto Camargo da Costa. A partir daí, a Corregedoria possui relatórios quadrimestrais, que são encaminhados pelos juízes de todas as comarcas, conforme determina o CNCGJ (Código de Normas da

Corregedoria-Geral da Justiça). "O objetivo deste último levantamento foi o de informatizar o relatório, passando a ser disponibilizado no site da CGJ para preenchimento pelos juízes, que terão que enviá-los mensalmente. Também se visou ter um banco de dados atualizados com tais dados, com vista a um diagnóstico da situação dos estabelecimentos."

O juiz Dinart Machado lembra que diversos magistrados do Estado já tomaram várias medidas em relação à situação de estabelecimentos dos quais são corregedores, seja determinando a interdição – como no caso das cidades de Herval do Oeste, e Videira - ou mesmo limitando o número de presos – a exemplo do que ocorreu em Tijucas, e Blumenau.

AMC cede imóveis para Samu de Rio do Sul

Parceria com a Prefeitura do município vai permitir a cessão, em regime de comodato, de duas casas. Conselhos também serão beneficiados

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) firmou, no dia 28 de novembro, parceria com a Prefeitura de Rio do Sul para a concessão de uso de dois imóveis pertencentes a entidade, até 2012, em regime de comodato. O convênio foi assinado pelo presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, pelo juiz da comarca, Edson Zimmer, e pelo prefeito Milton Hobus. O acordo permitirá que duas casas da Associação que não estão sendo utilizadas possam abrigar as sedes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), do Conselho Tutelar e dos diversos conselhos existentes na cidade.

O presidente da AMC elogiou a iniciativa do Executivo municipal na busca por parcerias que possam beneficiar a comunidade, acrescentando que este também é um dos objetivos da Associação. "Esses gestos mostram que nós temos, sim, interesse em ter uma aproximação maior com a comunidade", destacou.

Para o juiz Edson Zimmer, a idéia da Prefeitura está em sintonia com os propósitos da magistratura. "Nós entendemos que a melhor destinação que poderíamos dar a esses imóveis seria para o atendimento de causas sociais e de cidadania", afirmou.

Segundo o prefeito Milton Hobus, a contribuição é de grande valia para o município e releva ainda o compromisso da magistratura catarinense com a melhoria dos serviços prestados na cidade.

Os dois imóveis poderão ser utilizados sem custo pela Prefeitura, que arcará somente com a manutenção das casas e impostos. As residências estão localizadas no bairro Jardim América, próximo ao Batalhão do Corpo de Bombeiros.



Presidente da AMC (seq. à dir.) participa da assinatura da parceria com a Prefeitura

AMC sedia evento estadual do "Dia Internacional Contra a Corrupção"

Um ciclo de palestras realizado na sede administrativa da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), no dia dez de dezembro, marcou a passagem do "Dia Internacional Contra a Corrupção", movimento de âmbito global que luta pela transparência na administração pública.

Comemorado em diversos lugares do mundo e em diferentes entidades e níveis, em Santa Catarina o "Dia Internacional" foi organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em parceria com o Ministério Público estadual (MPSC), com a AMC e com a Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina (OAB/SC).

"O combate à corrupção depende, necessariamente, da participação da sociedade, bem como de parcerias com entidades que estejam engajadas nesta luta", disse o chefe da CGU em Santa Catarina, Marcelo Campos da Silva. Opinião semelhante foi demonstrada pelo presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão. Para o magistrado, "somente com a união de esforços entre os diversos segmentos da sociedade é que conseguiremos diminuir os casos de corrupção, que infelizmente tomaram conta do poder público em nosso

O evento catarinense contou, além das palestras, com a solenidade de premiação do 1º Concurso de Desenho e Redação da CGU para o Ensino Fundamental. Crianças de todo o país disputaram o prêmio, que teve como tema a proposta "Como a Sociedade pode ajudar no combate à corrupção?". A aluna Stéfany Dutra, da 1° Série da Escola Municipal de Ensino Básico João Pedro Delfino, de Tubarão, foi a única catarinense vencedora da Etapa Nacional do Concurso. Ela ficou em 2° lugar na categoria Desenho para alunos do 2º Ano (antiga primeira série).

A agenda de palestras focou um único tema - a corrupção -, mas trouxe especialistas de diferentes áreas para abordar a questão. Um juiz, um promotor, um analista e um advogado ficaram encarregados de chefiar os debates. O analista de finanças e controle da CGU Rodrigo de Bona iniciou os trabalhos ao abordar as "Ações de prevenção da Controladoria-Geral da União e o Portal da Transparência". Em seguida, o juiz catarinense João Marcos Buch, da 2º Vara Criminal de Joinville, falou sobre "A Justiça Criminal frente aos delitos contra a Administração Pública".

Na segunda metade das discussões,

o promotor do MP/SC, Fabrício José Cavalcanti, abordou práticas cotidianas em relação à corrupção com a palestra "O que você tem a ver com a Corrupção?". Finalizando os debates, o secretário-geral da OAB/SC, Rafael de Assis Horn, palestrou sobre o "Princípio da Moralidade e o papel das Instituições Não Governamentais".

Apesar de em 2007 o dia 10 de dezembro ter marcado o "Dia Internacional Contra a Corrupção", a data que simboliza o movimento é o dia 09. Em 2003, 110 países assinaram a "Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção" nesta data, na cidade mexicana de Mérida. De acordo com a Convenção, os governos são responsáveis por realizar ações eficientes contra a corrupção, e cabe aos países signatários implementar as normas do documento.

Sede balneária vai ganhar uma nova área social e será revitalizada

A Assembléia Geral Ordinária edificação da nova obra. (AGO) da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), realizada na manhã do dia 1º de construir uma nova sede social na Sede Balneária. Na ocasião foi formada uma comissão - composta pelos associados Eduardo Mattos Gallo Júnior, Paulo Ricardo Bruschi, Ricardo José Roesler, Paulo Roberto Tzelikis, Júlio César Machado Ferreira de Mello, João José Maurício D'Ávila e desembargador Wilson Augusto do Nascimento - que ficará encarregada de fazer um estudo sobre a

A nova sede – cuja construção deverá ser iniciada em meados do dezembro, aprovou a intenção primeiro semestre do ano que vem da atual diretoria da AMC de - conjugará um amplo salão (uma espécie de anfiteatro), restaurante, bar, piscina, deck com mesas e cadeiras, entre outros ambientes. "A idéia é primeiramente promover a revitalização da área onde hoje se encontra a piscina e o restaurante. Queremos criar um espaço que servirá para a realização de diversas atividades, inclusive o nosso tradicional jantar de final de ano", disse o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão.



Projeção mostra como as instalações deverão ficar após a nova construção

Clima de confraternização marca os VI Jogos

Sexta edição da competição superou as expectativas da organização. Evento foi disputado na sede balneária da AMC, em Florianópolis

A sexta edição dos Jogos da Magistratura Catarinense, realizado entre os dias 13 e 16 de dezembro, mais uma vez superou as expectativas dos organizadores e ficou marcado pelo clima de confraternização entre os participantes. Cerca de 100 pessoas, entre magistrados e familiares, revezaram-se nas diversas competições realizadas na sede balneária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), localizada no bairro litorâneo da Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis.

A abertura oficial aconteceu na noite de quinta-feira, com a realização de um congresso técnico onde foram definidas as chaves de cada modalidade. A tocha olímpica foi carregada pelo juiz Décio Menna Barreto e o juramento foi feito pelo juiz Ademir Wolff. Em seguida, foi oferecido aos participantes um coquetel, com produtos selecionados da empresa catarinense Sadia. A noite foi ainda animada pela banda Ramom Musical Show, da cidade de Concór-

As competições na sexta-feira e no sábado foram realizadas durante todo o dia. O encerramento, com a entrega das premiações aos vencedores, ocorreu na noite de sábado. O evento foi encerrado com um grande baile abrilhantado pela banda Açu, de Itajaí, que começou às 22h e prosseguiu até às 3h30 da madrugada de domingo.

A partir de agora, os jogos da magistratura passarão a ser realizados bianualmente. A próxima edição será em 2009, no município de Brusque. Oito cidades manifestaram interesse em sediar a competição, mas o município do Vale catarinense acabou sendo escolhido por aclamação. "Mais uma vez fechamos com chave de ouro.



Norte/Vale do Itajaí venceu torneio de futebol, uma das modalidades mais disputadas

Apesar do público reduzido, o resultado foi muito positivo, pois o clima entre os participantes estava muito bom. Nós percebemos claramente o quanto este tipo de evento é importante para os magistrados.", disse o coordenador geral dos jogos o juiz Geraldo Corrêa Bastos. "São em ocasiões como esta

que nós juízes podemos desacelerar, exteriorizar as nossas agruras, extravasar as nossas alegrias, enfim, podemos desopilar. Por isso que os jogos da magistratura, a cada ano, ganham cada vez mais força. Tanto que várias cidades se candidataram para sediálo", ressaltou o juiz.

Boletim - VI Jogos da Magistratura Catarinense

CANASTRA MISTO

- 1º Lugar Sandra e Rosângela (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Eloni e Noeci (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 3º Lugar Edemar e Cláudio (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 4º Lugar José Geraldo/Ademir (Oeste e Meio Oeste)

DOMINÓ MISTO

- 1º Lugar Carlos e Leonardo (Norte e Vale do Itajaí)
- 2º Lugar José Geraldo e Ademir (Sul Planalto Serrano/Oeste e 3º Lugar Theo Ferreira (Norte e Vale do Itajai)
- 3º Lugar Vicente e Sílvio (Gde Fpolis e Litoral Norte/Sul e Pla-
- 4º Lugar Altamiro e Edemar (Sul e Planalto Serrano/Gde Fpolis 1º Lugar Gde Fpolis e Litoral Norte e Litoral Norte)

FUTEBOL SETE MASCULINO

1º Lugar - Norte e Vale do Itajaí

GENERAL MISTO

- 1º Lugar Guilherme (Sul e Planalto Serrano)
- 2º Lugar Vilmar (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 3º Lugar Paulo (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 4º Lugar Geraldo (Sul e Planalto Serrano)

NATAÇÃO

Adulto masculino/30m nado livre

- 1º Lugar Rafael Bottan (Gde Fpolis E Litoral Norte)
- 2º Lugar Fúlvio Borges Filho (Norte e Vale do Itajai) 15m nado costas
- 1º Lugar Rafael Bottan (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Décio (Norte e Vale do Itajaí)
- 3º Lugar Fúlvio Borges Filho (Norte e Vale do Itajaí) 15m nado peito
- 1º Lugar Rafael Bottan (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Décio (Norte e Vale do Itajaí)
- 3º Lugar Fúlvio Borges Filho (Norte e Vale do Itajaí)

COLOCAÇÃO POR REGIÃO

- 1º Lugar Grande Fpolis E Litoral Norte
- 2º Lugar Norte E Vale Do Itajaí

Mirim misto/30m nado livre

- 1º Lugar Jonas Souza (Sul e Planalto Serano)
- 2º Lugar Allan Cardozo (Gde Fpolis e Litoral Norte)

- 3º Lugar Júlia Ferreira (Norte e Vale do Itajaí)
- 4º Lugar Fernando Battisti (Oeste e Meio Oeste)
- Mirim/30m nado costas
- 1º Lugar Allan Cardozo (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Jonas Souza (Sul e Planalto Serano)
- Mirim/30m nado peito
- 1º Lugar Allan Cardozo (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Jonas Souza (Sul e Planalto Serano)
- 4º Lugar Eduardo Battisti (Oeste e Meio Oeste)

COLOCAÇÃO POR REGIÃO

- 2º Lugar Sul e Planalto Serrano
- 3º Lugar Norte e Vale do Itajaí
- 4º Lugar Oeste e Meio Oeste

- 1º Lugar Nelson (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 2º Lugar Edemar (Gde. Fpolis e Litoral Norte)
- 3º Lugar Paulo (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 4º Lugar Ademir (Oeste e Meio Oeste)

TÊNIS DE CAMPO INDIVIDUAL MASCULINO

- 1º Lugar Rodrigo Tavares Martins (Norte e Vale o Itajaí)
- 2º Lugar Carlos André Moreira (Gde. Fpolis e Litoral Norte)
- 3º Lugar Osmar Mohr (Norte e Vale do Itajai)

TÊNIS DE MESA INDIVIDUAL MISTO

- 1º Lugar Décio (Norte e Vale do Itajaí)
- 2º Lugar Carlos Adilson (Norte e Vale do Itajaí)
- 3º Lugar Leonardo Silva (Norte e Vale do Itajaí)
- 4º Lugar Marlon Negri (Norte e Vale do Itajaí)

TÊNIS DE MESA DUPLA MISTO

- 1º Lugar Décio e Carlos (Norte e Vale do
- 2º Lugar Geraldo e Guilherme (Sul e Planalto Serrano)
- 3º Lugar Marlon e Leonardo (Norte e Vale

TRUCO

1º Lugar - Vicente e Sílvio (Gde Fpolis e Litoral

Norte/Sul e Planalto Serrano)

- 2º Lugar Carlos e Leonardo (Norte e Vale do Itajaí)
- 3º Lugar Geraldo e Guilherme (Sul e Planalto Serrano)
- 4º Lugar André e Uziel (Oeste e Meio Oeste)

VIDEOKÊ INDIVIDUAL

- 1º Lugar André (Oeste e Meio Oeste)
- 2º Lugar Rosângela (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 3º Lugar Geraldo Bastos (Sul e Planalto Serrano)
- 4º Lugar Volnei (Gde Fpolis e Litoral Norte)
- 5º Lugar Décio (Norte e Vale do Itajaí)
- 6º Lugar Ademir (Oeste e Meio Oeste)

VIDEOKÊ DUPLA

- 1º Lugar André e Vilmar (Oeste e Meio Oeste/Gde Fpolis
- 2º Lugar José Geraldo e Ademir (Norte e Vale do Itajaí/ Oeste e Meio Oeste)
- 3º Lugar Geraldo Bastos e Jonas (Oeste e Meio Oeste)

XADREZ MISTO

- 1º Lugar Sílvio Orsatto (Sul e Planalto Serrano)
- 2º Lugar Guilherme Bastos (Sul e Planalto Serrano)
- 3º Lugar Astrogildo Alves Filho (Gde Fpolis e Litoral Nor-
- 4º Lugar Uziel Nunes de Oliveira (Oeste e Meio Oeste)

XADREZ MISTO/MIRIM

- 1º Lugar Guilherme Bastos (Sul e Planalto Serrano)
- 2º Lugar Jonas Souza (Sul e Planalto Serrano)
- 3º Lugar Fernando Battisti Leite (Oeste e Meio Oeste)
- 4º Lugar Eduardo Battisti Leite (Oeste e Meio Oeste)

Resultado Final

Colocação	Região	Pontuação
1º Lugar	Gde. Fpolis e Litoral Norte	740
2º Lugar	Norte Vale do Itajaí	720
3º Lugar	Sul e Planalto Serrano	580
4º Lugar	Oeste e Meio Oeste	370

Decisões Judiciais

Presídio de Lages vai ter que reduzir número de presos

A Justiça estadual acolheu um pedido de providências da subseção lageana da OAB/SC e limitou o número máximo de presos do Presídio Regional de Lages em 200 detentos. Atualmente, a unidade carcerária, com capacidade para 80 pessoas, conta com cerca de 300 presidiários. A decisão foi tomada hoje – dia seis de dezembro – pelo juiz Geraldo Côrrea Bastos, da 1º Vara Criminal da comarca serrana.

No pedido de providências, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC afirmou ter verificado "in loco" o excedente populacional. Para a Ordem dos Advogados, o presídio, construído em 1968, apresenta péssimas condições de segurança e salubridade e insuficiência de recursos humanos.

De acordo com a solicitação dos advogados, os sistemas elétrico e hidráulico da unidade carcerária não funcionam e as grades das celas, em "péssimo estado de conservação", não oferecem a segurança adequada. Uma escola dos presidiários foi desativada para utilizar o espaço para ampliar a capacidade carcerária e haveria, também, falta de pessoal para administrar e controlar a prisão. Apesar do número ideal de funcionários ser de

50, há 17 agentes trabalhando no local.

Em sua sentença, o juiz Geraldo Côrrea Bastos considerou que
"em um ambiente de aglomeração ou de superlotação de criminosos, onde presos primários são
misturados com marginais multireincidentes, o cumprimento da
pena acaba por se transformar em
sanção desumana e iníqua". Para
o magistrado, "há um mínimo de
dignidade humana que deve ser
observado".

Bastos citou São Tomás de Aquino para encontrar uma solução pontual para o problema. O juiz disse ter procurado atender, "da melhor forma possível, os dois aspectos fundamentais da questão, ou seja, um tratamento menos desumano possível à população carcerária e a garantia do cumprimento da resposta penal àqueles que fizeram por merecê-la".

O magistrado argumentou, parafraseando São Tomás, que "a verdadeira sabedoria não é encontrada nos extremos das coisas, mas sim no seu perfeito equilíbrio". O juiz acolheu, então, o pedido da subseção de Lages da OAB/SC, determinou a redução do número de presidiários para 200 e listou a execução de cinco medidas para cumprir a sentença.

Medidas para o cumprimento da sentença

 I – Remoção dos presos de outras Unidades da Federação

II – Transferências para penitenciárias ou outros estabelecimentos penais do Estado dos condenados - provisórios ou definitivos - com penas a cumprir iguais ou superiores a três anos

III - Transferências para pe-

nitenciárias ou outros estabelecimentos penais do Estado dos condenados - provisórios ou definitivos - com penas a cumprir inferiores a três anos e que não tenham sido condenados pelas Comarcas de Lages, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto e Otacílio Costa, ou que não tenham cônjuges ou parentes até o segundo grau nesses municípios, priorizando a transferência daqueles com pena maior

IV - Não aceitação de novos internos que não tenham sido presos em flagrante nas Comarcas de Lages, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto e Otacílio Costa, ou por ordem de algum juiz destas comarcas

V – Não aceitação de presos que se encontram internados em outros estabelecimentos penais, sem autorização prévia e escrita do juiz corregedor do Presídio, salvo se a ordem de prisão partiu de algum juiz das comarcas referidas no item anterior

Hospital de Brusque indenizará casal em R\$ 114 mil por troca de bebês

O Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, de Brusque, vai indenizar em R\$ 114 mil um casal que teve o filho trocado na maternidade do estabelecimento médico. O incidente ocorreu há 20 anos e só foi descoberto recentemente, através de um exame de DNA.

A sentença foi determinada pela 2ª Câmara de Direito Civil do TJ em uma apelação cível sob relatoria do desembargador José Mazoni Ferreira, julgada no último dia 30 de novembro. O órgão elevou de R\$ 60 mil para R\$ 114 mil o valor inicial da indenização determinado em primeira instância.

De acordo com os autos do pro-

cesso, uma dona-de-casa deu a luz a uma criança no dia nove de fevereiro de 1984 no hospital. A mulher criou o filho, mas com o transcorrer dos anos reparou que o menino apresentava traços físicos distintos de seus familiares. Enquanto o casal possuía traços de descendência ariana, com pele, olhos e cabelos claros, a criança era morena, de olhos e cabelos castanhos, sem nenhuma semelhança com qualquer parente.

A dúvida sobre a questão trouxe problemas para a vida do casal. O marido passou a desconfiar da fidelidade da esposa, houve troca de acusações e o ambiente familiar ficou pesado. A situação teria se agravado quando o jovem aprendeu na escola que pais com olhos azuis geneticamente recessivos não podiam gerar filhos com olhos castanhos.

A evolução do problema chegou ao ápice no início de 2003, quando os envolvidos resolveram, então, fazer um exame de DNA. O resultado explicou as diferenças físicas. Em uma consulta no mesmo Hospital Arquidiocesano, o casal descobriu que outra criança havia nascido no mesmo dia nove de fevereiro de 1984. Quando as duas famílias entraram em contato, o caso foi completamente explicado. Novo exame de DNA confirmou o que já se esperava: os filhos estavam trocados.

Em sua defesa, Hospital Carlos

Renaux ainda tentou se esquivar da responsabilidade e afirmou que não havia provas de que a troca ocorrera em suas dependências. O juiz Cláudio Helfenstein, que prolatou a sentença em 1º Grau, analisou o caso sob o prisma da teoria do risco empresarial, cobrando a responsabilidade objetiva do Hospital. "Todas as provas produzidas nos autos convergem em um único sentido: de que a troca das crianças ocorreu logo após o nascimento, antes mesmo da identificação, de sorte que o nome da mãe de cada um foi erroneamente inscrita na pulseira colocada no braço dos bebês", anotou o magistrado em sua

Justiça bloqueia R\$ 4 milhões do Governo Estadual para obras sociais

O governo do estado teve R\$ 4 milhões bloqueados diretamente de suas contas pela Justiça como forma de garantir o cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê a criação e implantação de obras sociais. A decisão foi sentenciada pelo juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital no último dia dez de dezembro.

O bloqueio on-line de R\$ 4 milhões diretamente das contas do Executivo pretende impor ao Estado o cumprimento do TAC firmado com Ministério Público em 1998. O Termo prevê a criação e a implantação de dois centros regionais de internamento – um em Joinville outro em Criciúma – com capacidade para abrigar de 20 a 30 adolescentes infratores em cada um deles.

Originalmente, o acordo estabelecia o prazo de 18 meses para a construção dos centros, expirado em agosto de 1999. Em 2001, diante da inércia estatal, o MP ingressou com uma ação de execução da obrigação, que resultou na aplicação de

multa no valor de R\$ 2 milhões, já transformados em precatório.

"Estamos diante de uma demanda que se arrasta por quase dez anos e que, apesar da aplicação de uma multa de alto valor e de inscrição em precatório, ainda não recebeu a devida atenção por parte daqueles que têm a responsabilidade de fazer funcionar o sistema de internação de adolescentes em nosso Estado", ponderou o juiz Oliveira Neto.

O MP solicitou R\$ 11 milhões para a execução das obras, pleito reduzido a um terço pelo Judiciário. "Desnecessário o seqüestro imediato de todo o valor, já que a obra respeitará etapas, a mais importante delas a construção do elemento principal de todo e qualquer centro de internação: os alojamentos", anotou o magistrado.

Para Oliveira Neto, ao perceber que o Judiciário não tolerará mais o simples descumprimento de suas decisões, o Estado sairá de sua inércia e providenciará o necessário ao cumprimento das demais etapas. "Caso não o faça, nova medida judicial será efetivada", concluiu o magistrado.

TOGA JUSTA

R. URTIGÃO

Cena

Uma pequena e linda cena violou o rígido protocolo na posse dos ministros Sidnei Beneti e Jorge Mussi no Superior Tribunal de Justiça, no último dia 12 de dezembro.

Ao fazer o juramento e assinar o livro de posse diante do lotado auditório da Superior Corte infraconstitucional do país, o ministro Jorge Mussi, na regra protocolar, era acompanhado pelos dois colegas recipiendários, ministros Peçanha Martins e Herman Benjamin, que o conduziam a sua cadeira no plenário, quando, de repente, soltando-se dos braços da mãe Juliana, a filhinha Roberta, de quatro anos, correu em direção ao pai para abraçá-lo e beijá-lo. Alguns dos presentes verteram lágrimas de emoção.

Ainda sobre a posse, o rígido protocolo do Superior Tribunal de Justiça não permite que ninguém fale além do presidente da Corte (dez minutos) e a sessão é encerrada. O ministro Beneti desabafou comigo no outro dia, revelando que, embora sabedor do protocolo, tinha um discurso engatilhado... que foi devidamente para os seus arquivos.

A senadora Ideli Salvati, presente na posse, talvez preocupada com a discussão e votação da CPMF no Senado, furou a longa fila de cumprimentos, recebendo uma pequena vaia. O governador Luiz Henrique da Silveira também furou a fila, mas quase junto ao ministro Jorge Mussi, sendo salvo da vaia.

O grande número de catarinenses (não somente da capital) presentes à posse, provocou ciúmes em vários políticos que se encontravam bebericando no coquetel, bendizendo o acerto da nomeação, pois temiam que se não desse certo, Mussi que já havia ocupado a presidência do Tribunal de Justiça e o governo do Estado, poderia deixar a magistratura e virar um concorrente!

No vôo de retorno no dia 13, à tarde, a aeronave da TAM estava quase lotada de catarinenses, inclusive de autoridades do Judiciário, desembargadores, senadores, deputados federais, estaduais e empresários. O copiloto, anunciando o que deveria ser uma viajem tranqüila (e que na realidade foi), subliminarmente anunciou pelo alto falante da aeronave a importância dos passageiros e da tripulação. Um senhor muito elegante, comentou, muito discretamente, a discriminação "puxasaquista" do italiano "chauffeur" da aeronave!!

Consenso

Entre as comemorações alegres e efusivas da posse do ministro Jorge Mussi e do novo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares, na madrugada do dia 12, após a votação da CPMF, o consenso dos presentes, principalmente dos magistrados, foi de elogios ao Tribunal Superior Eleitoral, sob o comando do ministro Marco Aurélio de Mello, por ter firmado a decisão sobre a fidelidade partidária, o que vedou a traição e o "transfuguismo" de alguns senadores.

Reunião Histórica

A última reunião dos dirigentes da AMB, que findaram os seus mandatos no último dia 11 de dezembro, foi histórica. Presentes vários presidentes de associações estaduais, além de magistrados e jornalistas. O presidente Rodrigo Collaço foi ovacionado e referido por todos como o dirigente que mais provocou acentuadas mudanças de projeção da entidade com segmentos da sociedade e da mídia nacional.

O presidente da AMC, juiz José A. de Aragão, em feliz improviso, salientou os principais feitos da gestão de Rodrigo Collaço, destacando a valorização e projeção da categoria junto a grande mídia, que ofertou grandes espaços em jornais, rádios e televisões na divulgação dos projetos e metas da entidade, bem como a realização de inúmeros eventos que projetaram a AMB.

Reação

O desembargador Henrique Calandra, eleito presidente da APAMAGIS, comentou, em Brasília, que vai liderar campanha nacional para modificar o artigo 102 da LOMAN, que beneficia o critério da antigüidade.

Medalha

O ato cerimonioso de posse dos novos juízes substitutos do Segundo Grau do TJ/SC, realizado no dia 17, no auditório da Assembléia Legislativa (o Pleno do Tribunal de Justiça está sendo reformado, com um projeto belíssimo) foi muito concorrido.

Como se espera de um Poder que vem pragmaticamente agilizando as suas funções, o perfeito cerimonial compôs a Mesa de autoridades, anunciou a palavra do Juiz R. Antônio da Cunha, que falou (menos de duas laudas) em seu nome e dos colegas empossandos José I. Schaefer, Ricardo J. Roesler, Domingos Paludo, Paulo R. Sartorato, Robson Luz Varella e Paulo H. Moritz Martins da Silva.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Pedro Manoel Abreu, também em poucas laudas, traçou o perfil do moderno Judiciário para os futuros desembargadores, em brilhante texto, recepcionando-os dignamente. Seguiu-se um coquetel "regalo dos deuses".

Jantar

A AMC está estudando a coordenação da realização de um jantar de adesão em homenagem ao ministro Jorge Mussi, a ser realizado nesta capital, possivelmente, no final do mês de fevereiro de 2008.



Mais uma obra do grande pintor catarinense (já falecido) Martinho de Haro

16 Contracapa



PROGRAME A SUA VISITA, Aguardamos seu contato: Reinaldo Alves – (48) 9983 3939

> <u>reinaldoalves@hotmail.com</u> <u>www.residencialpalmadomar.com.br</u>





Curso de Preparação para a Magistratura

- * Reconhecido pelo TJ/SC como atividade jurídica, conforme a FC nº 45
- EC nº 45. * Cada Módulo equivale a um ano de atividade jurídica.

Aulas: de terça à quinta-feira, das 19h às 22h30min (módulo II) e das 8h às 11h30min (módulo I).

Início: 30 de julho.

Módulo I:

Através do sistema presencial em aulas que perfazem carga-horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula e que consiste na consolidação e aprofundamento de conhecimentos teóricos das disciplinas essenciais exigidas no Concurso da Magistratura Estadual Catarinense.

Para o segundo semestre de 2007 a ESMESC, além da sede, abre Extensões nas seguintes cidades: Criciúma, Chapecó, Mafra, Rio do Sul e Videira.

Módulo II:

Através do sistema presencial num total mínimo de 390 (trezentos e noventa) horas-aula de caráter técnico e prático, com ênfase em provas e teses de concursos anteriores e outras atividades direcionadas ao preparo dos alunos para o Concurso de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e para o exercício efetivo da Magistratura no Estado de Santa Catarina.

Para o segundo semestre de 2007 a ESMESC, além da sede, abre Extensão na cidade de Tubarão.

Módulo III

Denominado "Residência Judicial", que consiste em 1800 (mil e oitocentas) horas de treinamento prático em atividade jurídica, sob a orientação de Magistrados, preparando os alunos para o Concurso de Juiz Substituto

do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e para o melhor desempenho como Magistrado após a aprovação no concurso.

A "Residência Judicial", caracterizada pelo exercício de atividade jurídica orientada e pelo aproveitamento em cursos de formação profissional em ambiente virtual de aprendizagem, constitui modalidade de ensino supervisionada pela Academia Judicial.

Direcionada a bacharéis em Direito estudantes da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina – ESMESC e realizada em gabinetes de magistrados da justiça de primeiro grau, inclusive no interior do Estado.

Todas as informações sobre esse Módulo poderão ser obtidas no edital respectivo, no site do CEJUR ou site da ESMESC.

A Escola Superior da Magistratura completa 21 anos de existência no dia 28 de julho.

Parabéns, aos que por ela passaram e aos que nela se encontram.

Obrigado por fazer parte de sua história.

ESMESC

Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina

Você faz parte dessa história!

Rua dos Bambus, 116, Itacorubi, Florianópolis/SC (48) 3231 3041/ 3231 3037 www.esmesc.org.br



